

12X

b) (...)

c) (...)

d) A aprovação e alteração dos estatutos;

Concluída a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa agradeceu a participação dos associados e deu por encerrada a sessão, da qual se manda levantar a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

O Vice-Presidente:

O Secretário:

Edmundo C. V. L.

Acta da Assembleia Geral Ordinária

Aos onze dias do mês de Abril de dois mil e quingze, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar, na sede da Federação Portuguesa de Joleibol, no Auditório Fernando Jorge de Araújo Barros, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Joleibol dando cumprimento à convocatória enviada aos sócios.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída por Rolando Almeida Sousa (Presidente), António Américo de Oliveira Costa Gonçalves (Vice-Presidente) e Eduardo Elias da Silva (Secretário).

Em representação da Associação de Joleibol do Porto, estiveram presentes os delegados Joaquim Manuel de Oliveira Vitela, Maria Helena de Fátima Vitela, Jacelino Jacomatos Tavares, Fernando Ricardo Palma dos Ferrreira e Pedro Manuel Pereira Agimfeira; da Associação de Joleibol de Lisboa, Ana Carolina Martins Lopes Fombonga e Alóizio Manuel de Loureiro Tavares Costa; da Associação de Joleibol de Braga, João Bento Brito Ramos Azevedo; da Associação de Joleibol da Guarda, João Almeida Ribeiro Sucena e Jorge Miguel Leitão Flopémcio; da Associação de Joleibol de Avenço, Sónia Cristina da Silva Juares Gomes e Paulo Daniel Brandão de Pinho; da Associação de Joleibol de Leiria, Catarina Isabel Nogueira Têtes e Bruno Miguel Rodrigues Sequeira; da Associação de Joleibol de Viana do Castelo, José Henrique Fernandes Borja Sampaio e José Manuel Araújo Fernandes Sá; da Associação de Joleibol de Viseu, António Romão de Lucena, Guilherme Horácio Queiroz Bernardo e José António da Silva Rodrigues; da Associação de Joleibol da Madeira, Edgar (PAR-

João Gouveia; da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, Francisco
 Paulo Severino, Romão de Oliveira e Paqueta de Fátima Pessoa Pires;
 da Associação de Joleibol de São Miguel, Hélio Dinis Aguiar Damond
 e António José Tota Pimentel; da Associação de Joleibol da Ilha
 do Faial, Eduardo Manuel Andrade Gomes; da Associação de Joleibol
 da Ilha do Pico, Laura Cristina Azevedo Jora e Rute de Fátima
 Condeiro Couas Aço; da Associação de Joleibol de Santa Maria, Helena
 Ferreira e Jitor Baias; da Associação Nacional de Treinadores, Nuno
 Joaquim da Cunha de Sousa Soares e Rosa Correia Esteves Figueiredo;
 da Associação Portuguesa de Árbitros de Joleibol, Manuel Domingos
 Jacomatos Tavares e Rui Alexandre Silva Teles Oliveira; da Associação de
 Árbitros de Joleibol, Avelino Conal Simões Azevedo.

A direcção da Federação Portuguesa de Joleibol esteve repre-
 sentada pelo Presidente, Vicente Araújo e pelo Director António Sá.
 Estiveram presentes igualmente o Secretário Geral Teodomiro Carvalho
 e o Assessor Jurídico, Rogério Pedro Oliveira, Director Técnico Nacional,
 Leonel Salgueiro, Daniel Lareda e Paula Tota, encarregues do Projecto Joleibol
 Sembrado, Carlos Paata, responsável pela formação, e Jorgete João Nuno e Elisabete
 Moreira do departamento financeiro.

Antes de se iniciar a sessão, procedeu-se à verificação dos delegados presentes,
 à confirmação do número de votos (trinta e quatro) e, pelo Presidente da Assem-
 bleia, aberto o período antes da ordem do dia no qual, intervieram os senhores
 Joaquim Dilela, que informou que na Assembleia Geral da Associação de Joleibol
 do Porto, que decorreu na véspera, a 10 de Abril p.p., haviam analisado o de-
 curso das competições e considerado insatisfatórias as três meses de competição
 do escalão feminino da III divisão, que os escalões de formação deveriam começar
 mais cedo e deveriam disponibilizar maior número de medalhas nas finais, pois as
 17 disponibilizadas na final da Taça de Portugal revelaram-se insuficientes para
 contemplar todos os elementos da equipa vencedora; Avelino Azevedo, da
 Associação de Árbitros de Joleibol, comunicou que as duas Associações de
 Árbitros se vão fundir e que a identificação fiscal passaria a ser a da mais
 antiga, agradeceu toda a colaboração que embeirante recebeu da Federação,
 nomeadamente em termos jurídicos, e solicitou um esclarecimento à direcção sobre
 um pedido que formulara anteriormente ao Conselho de Arbitragem por escrito
 e que desde então não obtivera resposta, no tocante à abertura de curso de

MX
baixa regional, por esta categoria ser inexistente; Francisco Oliveira, da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, alertou para o facto da programação do Play-off da divisão elite ter sido forçada pois inicialmente tinha sido previsto realizar um jogo nos Açores e dois dias mais tarde outro no continente, o que implica uma logística dificilmente alcançável.

Em resposta à Associação de Joleibol do facto quanto aos escalões de formação, o Presidente da Federação começou por referir que ao se calendarizar estes escalões tem que se ter em conta vários factores, entre eles a preocupação de não terminar as competições dos juvenis em cima dos momentos de avaliações finais e exames. No que se refere à duração dos campeonatos referiu não terem, as mesmas, duração de três meses, sendo na qualidade mais, uma vez que começam com os campeonatos regionais. Iniciar mais cedo os campeonatos poderá causar transtornos importantes uma vez que apesar de as inscrições dos atletas poderem ser feitas a partir de 1 de Agosto, as mesmas acabam por ser efectuadas bastante mais tarde, não tornando viável o início antecipado dos campeonatos o que levaria os clubes a iniciarem a competição sem o número necessário de atletas. Relativamente à III divisão foi dizendo que a Federação está atenta não só a essa divisão como às outras e que os esquemas irão ser analisados e poderão vir a ser alterados, lembrando ainda o pequeno número de equipas na III divisão, quer masculina quer feminina. Lembrou os pontos que foram tomadas medidas no sentido de fomentar o aparecimento de novas equipas nessas divisões, como por exemplo o facto de as arbitragens serem gratuitas e a aplicação de uma taxa única de 15€ (que inclui a taxa de inscrição, seguro, ...). A III divisão tem esse benefício para motivar a participação de equipas que jogam fora do âmbito federativo. No que se refere aos Play-offs disse que apesar dos esquemas terem sido amplamente discutidos com Associação e Clubes a calendarização sobre os mesmos é difícil já que os Play-offs podem terminar a 3, 4 ou 5 jogos. A Federação irá estudar forma de fixar com o tempo a data para os mesmos.

Relativamente às medalhas para os vencedores das diversas competições, lembrou que estão instituídas 17 medalhas, parecendo esse número ser suficiente, tal não se verificando em alguns casos porque se apresentam para receber as medalhas alguns elementos que não foram intervenientes no jogo. No entanto para evitar mais situações de constrangimento informou que se irá proceder à entrega de 20 medalhas.

NY

O Presidente da Direcção informou que o curso para árbitros regionais de voleibol de praia destina-se a formar árbitros para actuar a nível regional. O facto de esta categoria não existir nos regulamentos não é impeditivo da criação destes cursos. Os mesmos são necessários porque a actividade de voleibol de praia foi aumentando a nível regional e como tal há necessidade de dar respostas, formando árbitros. Disse ainda que o termo regional pode ter estado alguma confusão ao Senhor Adelino Azevedo pois na nomenclatura dos cursos de árbitros de voleibol o árbitro regional corresponde ao 2º nível. No voleibol de praia o termo regional não tem o mesmo significado - são árbitros regionais os que só arbitram dentro de cada região.

Quanto à questão apresentada pelo representante da Associação de Voleibol da Ilha Terceira, Senhor Francisco Oliveira, o Presidente da Direcção referiu que com a informação dada na resposta à Associação de Voleibol do Porto, não será necessário acrescentar mais nada.

Não havendo mais intervenções no período antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu andamento aos trabalhos, sujeitando à discussão e aprovação dos presentes as actas das assembleias ordinária e extraordinária do dia seis de dezembro de 2014, tendo o Senhor Adelino Azevedo, da Associação de Árbitros de Voleibol, solicitado justificação à acta da Assembleia Ordinária, ao parágrafo sobre formação de arbitragem, esclarecendo a quem se refere o pronome demonstrativo "mesmo" acrescentando-lhe "Conselho de Arbitragem", ficando "mesmo Conselho de Arbitragem", sendo subsequentemente as actas aprovadas com 32 votos favoráveis e duas abstenções dos senhores delegados Ana Carolina Martins Lopes Tendonça e Afórgio Manuel de Loureiro Tavares Costa, da Associação de Voleibol de Lisboa, que justificaram a sua votação com o facto de não terem estado presentes nas assembleias a que se referem as actas sujeitas à votação.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao ponto único da Ordem de Trabalhos, conforme estabelecido na convocatória da Assembleia - Apreciação e votação do Relatório e Contas da Gestão do Ano de 2014 da Federação Portuguesa de Voleibol.

Tendo sido dada a palavra ao Presidente da Direcção para apresentação do Relatório e Contas da Gestão do Ano de 2014, o mesmo começou por dizer que ia fazer uma apresentação global, uma vez que o referido Relatório foi apresentado aos delegados em tempo devido, assim

MV
sendo já do conhecimento daqueles. Informou também que apesar de todas as constrangimentos existentes relacionados com a redução de apoio por parte do Governo, e que tem vindo a acontecer nos últimos anos, o Plano foi executado conforme previsto, utilizando muita contenção, evitando custos e recorrendo a serviços que nos foram prestados gratuitamente, bem como organizando algumas provas de âmbito internacional, que apesar de não estarem previstas nos ajudaram a encontrar meios financeiros para cobrir outras despesas.

Referiu ainda o trabalho realizado pela Seleção Nacional Senior masculina que obteve resultados significativos, quer na liga mundial, quer no Campeonato da Europa (3ª Ronda), lembrando que a equipa já ainda este ano disputar o Play-off de acesso à fase final do Campeonato Europeu. Realçou também a participação positiva da Seleção Nacional Senior Feminina, que apesar de pouco tempo de trabalho, relacionado com a disponibilidade de algumas atletas, conseguiu vencer a seleção Grega e a forte seleção do Azerbaijão.

Quanto às seleções dos escalões de formação, considerou que as participações foram positivas e disse ainda que nestes escalões a Federação está mais preocupada em formar jogadores do que em ganhar competições, sendo óbvio no entanto que quando se joga se pretende ganhar os jogos e obter a melhor classificação possível. No entanto, a preocupação da Federação passa mais pela formação dos atletas que vão depois ser integrados nos Clubes e pelas seleções Seniores, e é isso que se tem verificado.

Referindo-se ao Joleibol de Praia, informou que o ano de 2014 teve uma actividade maior do que a que está prevista, tendo sido organizado em Portugal o Campeonato do Mundo de Sub-19, o apuramento para o Campeonato do Mundo de Sub-17 (masculinos e femininos), organizando também a 1ª Ronda da Continental Cup, masculinos e femininos (1ª fase de qualificação para os Jogos Olímpicos Rio 2016), onde Portugal conseguiu o apuramento para a 3ª Ronda, em ambos os géneros. Tivemos uma boa prestação no torneio da WEVZA organizado em Alentejo de Cavaleiros, obtendo o 2º lugar da classificação. Salientou também o 8º lugar alcançado pelos nossos representantes no Campeonato da Europa de Sub-20 realizado em Itália. Portugal venceu também na vertente de Praia, os Jogos da Lusofonia conseguindo a medalha de ouro.

O Gira-Votei continua a ser um projecto de referência que continua a

exercer e que é reconhecido internacionalmente como um bom projecto para a massificação e detecção de talentos tendo o nosso sponsor Kinder, considerado o melhor projecto entre aqueles que por eles é apoiado, de tal forma que o Relatório da Kinder + Sport foi em 2014 apresentado na embaixada da Itália em Portugal, e que irá voltar a acontecer este ano. Apela para que haja mais empenho e comprometimento por parte das Associações Regionais, no projecto Giza-Jolei, em áreas onde o Joleibol no desporto escolar é a primeira ou segunda modalidade e onde faltam estruturas de acolhimento (equipas), para que os jovens possam continuar a praticar a modalidade fora da escola.

O projecto Giza-Feira, criado em 2014, demonstrou ser uma aposta ganhadora, que conta com o apoio da Kinder e nesta primeira e época teve uma actividade apreciável com a participação de várias centenas de jovens e contando neste momento com mais de vinte núcleos, sendo de salientar quatro núcleos no Algarve a funcionar durante todo o ano.

Mencionou ainda o Joleibol Semtudo, tendo informado que em 2014 se começou a estudar a possibilidade de implementar esta actividade. Neste momento foi já criada uma estrutura na F2V para trabalhar neste âmbito e que no final da Assembleia se iria apresentar o que já foi feito e o que se planeia fazer.

Relativamente à disciplina, mencionou o facto de que se podia constatar que o Joleibol continua a ser uma modalidade em que o fair-play ainda acontece, facto que pode ser comprovado pelo Relatório do Conselho de Disciplina.

Referiu ainda que muito mais foi feito a nível da Imprensa, dos meios "media", etc., julgando não haver necessidade de especificar mais uma vez que os mesmos estão bem descritos no Relatório e Contas.

Para concluir, o Presidente referiu-se às contas dizendo que as mesmas são consequência da actividade desenvolvida e que estão bem espelhadas nos documentos do Relatório e Contas, ficando à disposição dos presentes para qualquer questão que considerassem pertinente.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu de imediato as inscrições para esclarecimentos, informando os delegados que o Presidente da Disciplina, no fim de cada intervenção, esclarecia as questões levantadas nesta.

Começou por usar da palavra o delegado da Associação Portuguesa

14X

Continuação da Acta da Assembleia Geral Ordinária de dia onze de Abril do ano de dois mil e quinze.

Os árbitros de Joleibol, Emanuel Tavares, que afirmou ter gostado da explanação, não tendo, contudo, apreciado a afirmação de que os escalões de formação, os objectivos não sejam ganhar, se não é para ganhar então para que servem as selecções?

O Presidente da Direcção esclareceu que, efectivamente, o primeiro objectivo é a formação de atletas e tudo fazer, nas competições, para ganhar e obter a melhor classificação possível, repetindo no entanto que o nosso primeiro objectivo é a formação de atletas.

O Senhor Francisco Oliveira, da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, usou da palavra solicitando a rectificação dos quadros referentes aos núcleos de Gira - Jolei pois constatara que alguns dos grupos dessa Associação tinham "migrado" para o Aice.

O Presidente da Direcção, respondeu que se já ia proceder à rectificação desse quadro.

O Senhor Avelino Azevedo, da Associação de Árbitros de Joleibol, congratulou a FPU pelas suas realizações tendo referido que na Boule de Apuramento para o Campeonato da Europa de Juniores, Masculinos, realizada no Castelo da Jazá, que o pavilhão foi pequeno para acolher todos aqueles que quisessem assistir aos jogos, sugerindo que se passe a utilizar pavilhões com maior capacidade. Congratulou-se ainda pelo facto de haver mais dois árbitros internacionais. O Senhor Avelino Azevedo, continuou afirmando que não havia muito que dizer das contas que estão apresentadas de forma clara, no entanto, gostaria de saber qual a totalidade das verbas que foram gastas com a arbitragem.

O Presidente da Direcção informou que tudo estava bem plasmado nas contas, aliás como ele próprio tinha referido, no entanto, se o Senhor Avelino Azevedo quisesse, os serviços administrativos da FPU estão disponíveis para dar informações adicionais. Congratulou-se também pelo facto de as duas Associações de Árbitros se terem fundido, e que se podia considerar uma boa medida para a arbitragem e para o Joleibol em geral.

Finda a apreciação, discussão e prestação de esclarecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à recantagem dos delegados, confia-

MX

mande-se o número de votos (trinta e quatro), após o que se procedeu à votação do Relatório e Contas da Gestão do Ano de 2014 da Federação Portuguesa de Joleibol que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu por encerrados os trabalhos, mandando lançar a presente Acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

O Vice-Presidente:

O Secretário:

Acta da Assembleia Geral Ordinária

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e Quinze, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar, na sede da Federação Portuguesa de Joleibol, no Auditório Fernando Jorge Araújo Barros, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Joleibol, dando cumprimento à convocatória enviada aos sócios.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída por Rolando Nunes de Sousa - Presidente, Vasco Américo de Oliveira Costa Gonçalves - Vice-Presidente e Eduardo Elias da Silva - Secretário.

Em representação da Associação de Joleibol do Porto, estiveram presentes os delegados Joaquim Manuel de Oliveira Silveira, Maria Helena de Fátima Silveira, Marcelino Saucedo Tavares, Fernando Ricardo Palfares Ferreira e Pedro Manuel Pereira Aguiar; da Associação de Joleibol de Lisboa, Ana Carolina Martins Lopes Fendonga; da Associação de Joleibol de Braga, Mário Bento Brito Ramos Aguedo; da Associação de Joleibol da Guarda, Mário Nunes Ribeiro Sucena e Jorge Miguel Britão Florêncio; da Associação de Joleibol de Coimbra, Luís Miguel Cossão Jerónimo e Bruno Daniel Gomes Rodrigues; da Associação de Joleibol do Alentejo e Algarve, Sónia Cristina da Silva Juas Gomes e Paulo Daniel Brandão de Pinho; da Associação de Joleibol de Leiria, Catarina Isabel Logueira Teles e Bruno Miguel Rodrigues Sequeira; da Associação